

O ENFRENTAMENTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A INCLUSÃO CULTURAL

Deloíze Lorenzet¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo dialogar sobre o tecimento das Políticas Reparatórias, afirmativas, no ingresso ao ensino superior como uma oportunidade de acesso à cultura. Reconhecendo nessa confluência os interesses entre a formação privilegiada que tem a elite e o confronto com a qualidade questionável disponibilizada às pessoas das camadas populares. Assim, inicio este trabalho identificando como podemos conceituar o tema cultura, nesta sociedade complexa, com uma riqueza em sua diversidade, em alguns casos havendo respeito, em outros tolerância e em outros a exclusão social. Dando continuidade, no segundo item, reporto um diálogo sobre as Políticas Afirmativas, sua proposta de acesso, flexibilização e os casos de permanência, como uma ferramenta de ascensão social e econômica às pessoas desprovidas deste direito da educação como bem público. Como dimensões conclusivas, pautuo sobre a necessidade de garantir direitos sociais e a importância do engajamento em projetos de movimentos populares, focados na democratização social. Portanto, este artigo tem a pretensão de refletir sobre os tempos líquidos e espaços fluidos, buscando compreender a realidade brasileira e as políticas que ancoram o contexto educacional, reconhecendo a falta de cumprimento da igualdade e a imprescindível necessidade de identificarmos estas situações desafiadoras e potencializarmos algumas possibilidades para tais questões.

Palavras-chave: Cultura. Políticas Afirmativas. Democratização social.

ABSTRACT: This paper aims at discussing the influence of Policy reparations statements in the admission to higher education as an opportunity to access to culture. Recognizing that the confluence of interests between education in the privileged elite and the confrontation of questionable quality, available to persons of the lower classes. So the beginning of this work, I identified how we can conceptualize the culture theme in this complex society which is rich in its diversity, where can happen in some cases respect, tolerance and also social exclusion. In the second item, I report a dialogue on policy statements, its proposed access, flexibility, and cases of permanence, as a tool for social and economic rights of people deprived of education as a public right. Speaking of dimensions as conclusive I analyze the necessity for guarantee social rights and the importance of engaging in projects of popular movements, focusing on social democratization. Therefore, this article reflects on the times and net fluid spaces, trying to understand the reality of Brazil and the policies that support the educational context, recognizing the failure of equality and the essential need that we have to these challenging situations and enhance opportunities for such issues.

Word-Key: Culture. Democracy. Social Policy Statements.

¹ Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF), *e-mail*: deloize@gmail.com.

DIMENSÕES INTRODUTÓRIAS:

A sociedade vivencia mudanças contínuas. Estas mudanças ocorrem, pois o próprio ser humano procura reestruturar suas capacidades e permanentemente deseja crescer. Sendo assim, a sociedade está marcada por situações complexas. Continuamente estamos produzindo novas informações, ampliando o nível cognitivo. Assim, percebemos que nada é estável, tudo é movimento, tudo flui, inclusive a formação, a educação precisam continuamente reestruturar-se para acompanhar os anseios sociais e as transformações atuais. Num movimento espiral de eterna busca, contínuo aprimoramento pessoal e permanente aperfeiçoamento profissional.

Ocorrem mudanças rapidamente, informações são produzidas com intensidade, conhecimentos antes coerentes e verdadeiros são postos em xeque e tidos como inválidos. A ciência, a tecnologia, a pesquisa, a medicina, exibem inúmeros triunfos. Desta forma, não nos é mais permitido caminhar, precisamos correr para não sermos atropelados. Tudo está baseado na velocidade, talvez esta seja também uma das necessidades de observarmos a correria inédita que há em busca da formação ou titulação. É louvável que exista tamanha preocupação com a ampliação do nível cultural e cognitivo de cada ser humano, porém essa frenesia deve atrelar-se com a qualidade.

Em virtude destas evidências, nos deparamos com um quadro de alta competitividade, individualismo e até de solidão, mediante tanta globalização e até aproximação tecnológica. Para melhor detalhar este referencial reporto Alarcão:

Entre as contradições da sociedade atual dá-se conta da competitividade, do individualismo e da falta de solidariedade em um mundo que tanto se globalizou e aproximou as pessoas. Vive-se em alienação. Talvez se deva a isso mesmo a intensidade com que novamente se tem valorizado a educação para a cidadania. Nela se tem de viver a cidadania, na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na atenção e no interesse pelo outro, no respeito pela diversidade, na correta tomada de decisões, no comprometimento com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental (ALARCÃO, 2001, p. 22).

De acordo com seu pensamento acima esmiuçado, somos remetidos a entender a alienação, a exclusão propiciada pelo acirramento da competição, onde há um abafamento da cidadania, em que haveria a igualdade de deveres e direitos, porém o que ocorre é um agravamento da desumanização. Cada um, individualmente, procura projetar-se para ascender, menosprezando os espaços coletivos, populares, de benefício comum a todos os cidadãos.

Nesta efervescência de caracteres há uma proximidade indefinível entre cultura local e global, que se interpenetra pela via midiática e tecnológica, rompendo limites de espaço-tempo, criando cenários incertos em constante mutação, sendo uma das características da contemporaneidade. Muitas vezes, nesta busca desenfreada, nos deparamos com seres humanos correndo, isoladamente, em busca do “nada”, pois, estão vazios de valores éticos, em outras palavras, sua essência está voltada ao

acúmulo de capitais, de poder, da exploração, na supremacia dos bens materiais, como pseudo-deuses, com uma perda das questões sociais, coletivas, humanas, éticas.

Para melhor compreender esta corrida desenfreada da “perfectibilidade”, como nos dizia Rousseau, precisamos entender que a Educação foi uma criação do ser humano, diante da perspectiva de sua inconclusão, incompletude, carecendo de constante formação e aprimoramento para tornar-se melhor. No decorrer da História, várias abordagens já estiveram em evidência, todas com seus méritos e seus limites, tentando mostrar a maneira mais adequada de se buscar um ensino de qualidade.

Para iniciar este debate reporto as palavras de Pedro Georgen, em seu artigo “Formação ontem e hoje”, para o qual Educação é um tema simples e ao mesmo tempo complexo:

Simple, porque nos é bem familiar, porquanto todos os seres humanos de todas as épocas e culturas foram e são educados; complexo, porque cada época e cultura buscaram e continuam buscando maneiras peculiares de atender a esse mandato: formar os seres humanos segundo as suas crenças, os valores, os ideais e as condições materiais de cada circunstância (GEORGEN, In CENCI, DALBOSCO & MÜHL, 2009, p. 25).

Nessa ótica, é necessário investigar o processo de formação, o mecanismo de ensino, os indicadores de qualidade, para por meio dessa pesquisa, reconhecer a adequação e a desconexão com as situações problemáticas num determinado tempo, espaço e cultura. O discente é o protagonista. O docente é corresponsável pela aprendizagem. Ambos convivem e interagem no ambiente escolar, e por este ter um universo abrangente, permite a interação dos mais diversos e ricos elementos que necessitam ser canalizados em prol da emancipação da humanidade.

Em razão desse contexto desafiador e inquietante, este artigo propõe um diálogo, um enfrentamento sobre o tecimento das Políticas Reparatórias, Afirmativas, no ingresso ao ensino superior como uma oportunidade de acesso à cultura. Reconhecendo nessa confluência os interesses entre a formação privilegiada que tem a elite e o confronto com a qualidade questionável disponibilizada às pessoas oriundas das camadas populares.

De acordo com essa informação, temos consciência de que as Políticas Reparatórias não deixam de ser programas afirmativos para suprir necessidades emergentes evidenciadas e que possivelmente já estão amparadas legalmente, mas no entanto, não são cumpridas criando situações de desigualdade, onde deveria haver a supremacia do direito constitucional inalienável.

Como foi anteriormente enfatizado, elucidaremos os processos pelos quais se processam essas medidas paliativas garantindo maior acessibilidade de modo mais profícuo, ao ensino superior, das camadas menos privilegiadas socialmente, que geralmente, necessitam ser mais amparadas pela prestação de serviços assistenciais públicos, como: educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros.

NESTA SOCIEDADE COMPLEXA, O QUE VEM A SER CULTURA?

A educação é um espaço social de encontro entre diferentes sujeitos, originários de uma multiplicidade de espaços e cada qual constituídos por valores provenientes de inserções e mediações realizadas em contextos diversos. Assim, cada povo, cada gueto, cada grupo social desenvolve certas características semelhantes e pelas quais se identificam. Esse rol de características pode ser identificado como a cultura historicamente constituída desse povo, pois é transmitida de modo aleatório ou intencional, formal ou informal, geralmente de geração para geração, permitindo a inserção de aspectos culturais.

Abordo assim, de acordo com uma citação de Geertz, contida no artigo “Na escola se aprende de tudo...”, das autoras Mizukami e Oliveira, a concepção de cultura defendida pelo respectivo autor:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. [...] A cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros chamam de ‘programas’) – para governar o comportamento (GEERTZ, 1989, p. 56).

Dessa forma, segundo Geertz, a cultura remete a todas as manifestações amarradas ao tecimento do ser humano. Assim, o autor revela que o significado dado a cada ideologia, a cada expressão é uma característica interpretativa, que passa pela análise subjetiva de cada indivíduo, egresso de um contexto, de uma forma de conceber o ser, as relações, os comportamentos, as atitudes, as crenças e o mundo como um todo.

Para compreender esse paradigma, mediante a complexidade de nossa sociedade, necessitamos remeter nossa visão para identificar as imensas formas de seres culturais que caracterizam nossa época, também chamada por ser de uma característica de diversidade. Assim, diversos são os modelos, diversas são as culturas, diversas são as concepções elaboradas para conceber o sentido da vida e demais valores.

Adentrando nesse contexto de diversidade podemos reportar algumas, como de gênero, de identidade sexual, racial, religiosa, cultural, social e econômica. Porém, dentre todas estas, nessa rede social, fundamentada em preceitos neoliberais, ancorada em ditames capitalistas, compreendemos que há a manipulação para que o critério de julgamento sobre o valor de cada ser esteja relativizado ao seu poder econômico. Para essa sociedade do capital, uma pessoa é considerada bem-sucedida caso possua um amplo poder de compra, seja um bom empreendedor e consumidor. Assim, temos a supremacia da economia, em detrimento do humano e do social. Uma extrema importância é dada para as questões individuais, competitivas de cunho financeiro, mercadológico, em contraste às necessidades coletivas da humanidade.

Para esmiuçar este conceito, enfatizo aqui a compreensão do renomado autor Edgar Morin, para o qual:

A complexidade se mantém pela cultura, entendida como um sistema generativo de alta complexidade, sem o qual a complexidade ruidaria para dar lugar a um nível organizacional mais baixo. Por isso, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para poder se autopropetuar e para propetuar a alta complexidade social (MORIN, 1973, p. 75).

Morin contribui identificando a necessidade de abordar e educar culturalmente, pois a cultura é um ingrediente da diversidade, da riqueza e complexidade social. Ela permite a elevação, a transcendência da barbárie e o principiar da civilidade, nos faz sair da selvageria e ingressar no universo pensante de seres que vivem de acordo com princípios e planejam com coerência suas ações.

Nesse sentido, observamos que alguns sujeitos de classes mais abastadas conquistam uma posição de respeito, pois, conquistaram um bom estado econômico e isso lhes garante esse tratamento, enquanto estiverem ancorados nesse nível. No entanto, pessoas trabalhadoras em ocupações menos relevantes no aspecto aquisitivo são apenas dignas de um tratamento de tolerância. Para as camadas abaixo dessa classe média, consideradas pobres ou miseráveis, e oriundas de todo um contexto problemático há a perpetuação da discriminação, da desigualdade e da exclusão social.

De acordo com esta triste constatação, nossa sociedade deveria mobilizar-se para um enfrentamento, buscando assegurar o cumprimento dos direitos a todos os cidadãos indistintamente, ofertando oportunidades igualitárias e democratizando as possibilidades de ascensão social ancorada no potencial de cada ser humano, em vez de beneficiar e excluir, de outorgar a concessão segundo o pertencimento econômico de cada cidadão.

Dessa maneira, uma das formas dignas de ascender socialmente é pela estratégia educacional, por meio da construção cognitiva, como revela Teixeira:

Dessa forma, o acesso ao conhecimento apresenta-se como um dos elementos importantes para a emancipação do indivíduo e para a superação das desigualdades sociais, embora não se configure como suficiente para reverter essa situação. Além do acesso, outras iniciativas assumem caráter fundamental, como, por exemplo, o estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem que trate os diferentes como diferentes e não como iguais; a formação sólida, abrangente e permanente dos profissionais da educação; a existência de políticas articuladas e comprometidas com o desenvolvimento e a atualização global do setor educacional; o fortalecimento da cidadania a fim de que os indivíduos possam não somente consumir informação, mas produzir conhecimento (TEIXEIRA, 2002, p. 36).

Assim, vemos que a apropriação intelectual é uma forma de ingressar no trajeto de superação das desigualdades e de vencer a exclusão. Também é dado um cunho específico para a produção de saberes, compreendendo que a cada sujeito precisa ser ofertada a oportunidade de envolver-se na autoria do conhecimento, sendo o construtor de seu percurso intelectual, como uma das possibilidades mais coerentes da educabilidade. Por isso, analisaremos as Políticas Afirmativas e seu propósito para a democratização do acesso e a flexibilidade ao ensino, principalmente o superior que possui os maiores índices de discriminação e disputa por vagas.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL

De acordo com a contextualização que está configurada atualmente, observamos que ainda há inúmeras discriminações e penosas exclusões, apesar dos inúmeros discursos, fóruns, congressos, legislações empenhadas em assegurar a igualdade, a democracia e a cidadania, indistintamente. Essa falta de acesso localiza-se em inúmeras áreas sociais: educação, cultura, ciência e tecnologia, saúde, segurança, saneamento, condições dignas de trabalho, entre outros.

Constatamos, assim, a perpetuação de casos de alienação cultural, social, econômica, ou em múltiplos fatores, caracterizando um abismo entre o ideal de sociedade e a real. Em virtude dessa manutenção de situações desiguais, nossos governantes propõem programas de Políticas Afirmativas, Reparatórias, no intuito de serem compensatórias, para recuperar o atraso e a defasagem de políticas já asseguradas constitucionalmente, como inalienáveis, mas não praticadas e cumpridas na realidade social. Esse recursos revelam a preocupação em elaborar programas paliativos que amenizem a desconexão e o distanciamento discriminatório das ações públicas que não beneficiam a coletividade.

Essa carência de acesso é expressa em uma das Metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado com metas para serem atingidas numa década. O Plano ou PDE constitui-se de um conjunto de decretos, projetos de lei, portarias e resoluções. Neste sentido, para a educação superior temos o indicador de pesquisas que no Brasil apenas 13,6 % da população entre 18 e 24 anos tem acesso ao ensino superior, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), enquanto que em nações mais desenvolvidas esse índice representa uma porcentagem muito maior. Dessa maneira, há a proposta ou a meta de atingir 30% de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos no ensino superior no ano de 2011.

Para compreender essa desigualdade de acesso ao ensino, precisamos perceber que historicamente a universidade e o ensino superior formam a apropriação cultural e intelectual da elite, sendo de acesso restrito a esta classe ou camada social. A conquista do ingresso no ensino superior só inicia-se com inúmeras lutas e movimentos articulados em prol da universalização a este direito.

De acordo com este referencial, busco a compreensão de Minto, para elucidar em respeito a esse paradigma histórico.

Herdamos de nossa história uma universidade aquém daquela que muitos ousaram esperar. Uma história que não permite ilusões, mas que nos oferece um ensino adequado aos moldes de uma sociedade também repelida em suas possibilidades, despojada de muitas das mais elementares realizações sociais historicamente possíveis até mesmo nas sociedades comandadas pelo capital. O Ensino Superior surgiu já tardiamente no Brasil, nos moldes de umas poucas escolas superiores produzidas ao seu tempo e orientadas exclusivamente pelos interesses da elite. Elite esta cuja existência se associava a sua dependência e subserviência no plano internacional, incapaz de realizar as tarefas mínimas das revoluções burguesas, sobretudo nos moldes europeu ocidental e norte-americano. Orientação, porém, que diante do movimento

contraditório e complexo da história seria, de certo modo, subvertida no processo de desenvolvimento do ensino superior e, posteriormente, da universidade brasileira, extrapolando seu caráter de “universidade das elites para as elites” (MINTO, 2006, p. 275).

Este entendimento nos remete a uma compreensão inicial de que a universidade configura-se, no Brasil, historicamente como uma instituição a serviço dos interesses da população das classes minoritárias: a elite. Assim, reverter esse enfoque e ampliar a prestação de seu serviço da profissionalização com qualidade para a população em geral é uma das metas do PDE, como também, é uma demanda populacional para ascender socialmente.

Para isso, foram criadas diversas formas de tentar facilitar o ingresso e acesso aos excluídos desse âmbito, desde reformas físicas para auxiliar o movimento de portadores de necessidades especiais, nas mais diversas especificidades e limitações, como físicas, visuais, auditivas, ou ainda ao nível de medidas que tentem sanar a discriminação histórica aos de raças afro-descendentes, com a política de cotas. Como também, os programas compensatórios para o ingresso ao ensino superior, implantados recentemente. Veremos algumas características destes.

Em primeiro lugar, temos o Programa Universidade para Todos (PROUNI)², propondo a universalização do ensino superior, criado em 2004 e implantado por meio da Lei nº11.096 de 13 de janeiro de 2005, propondo bolsas de auxílio parcial ou integral em instituições privadas para alunos oriundos do ensino médio público, ou alunos que cursaram o ensino médio privado, mas que a renda familiar não supere três salários mínimos. O respectivo programa também seleciona seus candidatos a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), valorizando o desempenho dos educandos. Segundo o Portal do PROUNI, já “atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2010, 704 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais”. Evidencia-se assim, a grandiosidade de beneficiários, que anteriormente eram excluídos deste acesso.

Em segundo lugar, encontramos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³, como um programa implantado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como um programa nacional que pretende ampliar o acesso ao ensino superior, no nível da graduação, utilizando-se de melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes. A finalidade principal deste é: “dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação”. Também inclui como metas o aumento da média de alunos para cada professor nas instituições públicas, que era de 13,2 alunos para cada docente, passando a 18 alunos, em média, para cada

² Dados retirados do site: <http://prouniportal.mec.gov.br>

³ Informações colhidas no endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502

professor. Outra meta é elevar a média de alunos ingressantes para atingir o índice de 90% de concluintes, restringindo a problemática da evasão. O Programa objetiva também, abrir cursos noturnos de ensino superior, em instituições públicas, para quem necessita trabalhar além de estudar. Novamente, observamos um programa bem estruturado, com ideais e princípios bem articulados em prol da melhoria do acesso e êxito no ensino superior público.

Encerrando esta parte da reflexão, podemos entender que existe uma preocupação revelada neste enfrentamento às desigualdades e uma forma de compreender que a democratização social, a ascensão dos alienados, só será atingida trafegando pelo caminho da formação cultural e intelectual.

DIMENSÕES CONCLUSIVAS:

O presente texto possuía a pretensão de refletir sobre as desigualdades de acesso ao ensino superior e as Políticas Afirmativas implementadas como forma de reparação a tal questão. Partimos da identificação de alguns desafios que existem em nossa sociedade e posteriormente transpomos algumas formas de enfrentamento como os Programas de Políticas Públicas, tais como o PROUNI e o REUNI.

Diante disso, compreendemos que a educação é uma forma de transformação social. Ela tem em si a possibilidade de modificar a trajetória de pessoas trazendo-as para condições melhores, mais humanas, éticas e cidadãs. Assim, constitui-se uma ferramenta de mudança para o potencial humano em direção à superação. Como nos diz Neves:

A educação, passando a se configurar como uma política social do Estado, consubstanciou-se em direito social, em direito de cidadania, de pertencimento a uma ordem jurídico-política democrática. Esse direito social, no entanto, agora ampliado, resguardou os limites impostos pelo processo inicial de democratização do Estado e da sociedade. A ela foi atribuído, então, um papel na qualificação para o trabalho, passando a ter o nosso sistema educacional, em nível constitucional, um papel econômico definido (NEVES, 1999, p. 101-102).

Reiteramos nestas dimensões conclusivas que a educação e a profissionalização de qualidade permitem aos afastados socialmente serem incluídos num mundo de maior dignidade, pois possibilitam a conquista de melhores condições, ao serem participantes de um nível mais elevado culturalmente, tendo acesso a possibilidades de ascender no mundo do trabalho, apropriando-se de novas possibilidades e alternativas. Assim, destacamos que a educação torna-se uma das formas de democratização social, ao alavancar a ascensão humana de sujeitos previamente excluídos.

Conforme esta premissa, reporto a concepção de Libâneo, segundo o qual a educação superior tem esta finalidade de transcender culturalmente:

A educação superior está expressa nos artigos 43 a 57 da LDB/96 (BRASIL, 1996). Tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos

e comunicando-os por meio do ensino. Objetiva estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho da pesquisa e a investigação científica e promovendo a extensão. Visa divulgar a população a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica geradas nas instituições que oferecem a formação em nível superior e produzem conhecimento (LIBÂNEO, 2003, p. 259).

De acordo com esta citação, Libâneo expressa sucintamente a finalidade da educação superior, que é ter acesso ao saber, vindo ao encontro da pretensão deste artigo, que é identificar a democratização social que ocorre por meio da formação e da educabilidade. Ou seja, nesta sociedade da informação, de intensas produções de saberes, o conhecimento intelectual assume conotações estratégicas no processo de amenização das diferenças que emergem das múltiplas realidades, na medida em que pode fornecer aos indivíduos meios de superação de suas próprias condições sociais.

Sendo assim, de modo geral, já estamos nos dando conta de que a sociedade precisa envolver-se com essa necessidade de reduzir as desigualdades e exclusões, iniciando esse processo por meio da educação. Para tanto, é preciso haver o comprometimento, o engajamento em lutas e questões que envolvem a coletividade, buscando a inclusão e a inserção indistintamente.

REFERENCIAIS

ALARCÃO, Isabel. (Org.) Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GEERTZ, C. 1989. A interpretação das Culturas. Guanabarra Koogan, Rio de Janeiro-RJ. Brasil.

GEORGEN, Pedro. Formação ontem e hoje. In: CENCI, Ângelo Vitorio. DALBOSCO, Cláudio Almir. MÜHL, Eldon. (Org.). Sobre Filosofia e Educação: racionalidade, diversidade e formação pedagógica. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. (Org.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MINTO, Lalo Watanabe. As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MORIN, Edgar. O paradigma perdido: a natureza humana. Lisboa: Europa-América, 1973.

NEVES, Lúcia Maria Wanterley. Educação e Política no Brasil de hoje. 2. ed. – São Paulo, Cortez, 1999.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social. Passo Fundo: UPF, 2002.